

3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Estudo Técnico Preliminar 43/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64041.002657/2026-55

2. Descrição da necessidade

2.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

2.2. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico.

2.3. Os bens são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do Inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021 “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”

2.4 Conforme documento do Setor de Aprovisionamento do 3º BEC formalizou a demanda para a aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) com vistas a atender suas necessidades que produzem 4 (quatro) tipos de refeições diárias, sendo elas café, almoço, jantar e ceia.

2.5. O não atendimento da necessidade apresentada poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo e longo prazo, ocorrendo o fracasso da licitação ou outras razões que impossibilitem a aquisição geram prejuízos na confecção da alimentação para a tropa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aprovisionamento	ATAUAN DA SILVA TRISCH - 1º Ten

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.

4.2. O material é necessário tendo em vista que o 3º BEC tem por missão confeccionar alimentação para os integrantes de seus quadros na sede do Batalhão e para isso necessita do suprimento do referido material. Tal material precisa ser adquirido e convenientemente estocado, a fim de serem utilizados conforme sua demanda.

4.3. De acordo com a IN-01/10 SLTI/MPOG Art 5º a empresa deverá comprovar por meio de documento expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório de que adota as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

4.3.1 Que detém os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.3.2 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.3.1 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), com transferências de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.4. O prazo da vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da homologação do Pregão Eletrônico.

4.5. A modalidade escolhida será o Pregão Eletrônico.

4.6. Será utilizado Sistema de Registro de Preços (SRP), devido à natureza e características do objeto a ser licitado, é conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas

4.7. O critério de julgamento será Menor Preço.

4.8. É exclusivo para ME/EPP.

4.9. Não é permitido subcontratar.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Item não obrigatório, conforme previsto no Art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020;

5.2. Do levantamento realizado no mercado, constatou-se a existência das seguintes soluções: A aquisição pretendida é realizada com frequência por esta UASG, bem como por outros órgãos da Administração Pública, portanto as soluções de mercado são factíveis e de conhecimento amplo.

5.3. Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

5.4. A justificativa da escolha do tipo de solução a contratar é a demonstração de que o tipo de solução escolhida pela equipe de planejamento da contratação, com base no levantamento de mercado, é o que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado. O tipo de solução reflete a abordagem escolhida pelo órgão para resolver o problema de negócio enfrentado.

5.5. O valor da contratação está estimado dentro do limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123/2006 (o valor em vigor é de R\$ 80.000,00).

5.6. O valor estimado para contratação não ultrapassou o limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para atender às atividades elencadas nos DIEx de Formalização da Demanda, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção realizará um Pregão para Sistema de Registro de Preços, devido à imprevisibilidade da ocorrência de algumas atividades;

6.2. A discriminação dos itens e das quantidades a serem contratadas serão as constantes dos documentos de Formalização da Demanda da Seção interessada, devendo ser baseadas na análise das atividades realizadas em anos anteriores e nas previstas ou com possibilidade de ocorrência no ano de 2025.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de uso dos itens é para o período de 12 meses, este quantitativo foi obtido através do levantamento de contratações anteriores.

7.2. As quantidades a serem adquiridas estão de acordo com o consumo dos últimos 12 (doze) meses e acrescido na quantidade de alguns itens.

7.3. Importa destacar que o 3ºBEC sempre é empregado em diversas operações no âmbito do exército que não estão prevista, ensejando no aumento de utilização de tais materiais. Desta maneira o material requisitado leva em consideração o atendimento das necessidades da Administração, dentro do período de 12 (doze) que é o período máximo da Ata de Registro de Preços, inclusive o atendimento de situações imprevisíveis.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 138.304,80

8.1. A presente contratação tem valor estimado de R\$ 138.304,80 (cento e trinta e oito mil, trezentos e quatro reais e oitenta centavos);

8.2. O referido valor foi determinado após ampla pesquisa de preços seguindo os parâmetros da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. É aplicável o parcelamento da solução, já que há uma relação de interdependência entre os itens, não sendo necessário que o Batalhão solicite todas os itens de uma vez;

9.2. Tal parcelamento não representa perda de economia de escala, ampliando assim a competitividade;

9.3. Para embasar esta decisão, foram consideradas a viabilidade técnica e econômica, eventuais perdas, aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição pretendida consta do Planejamento Anual para as Aquisições e Contratações do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme Plano de Contratações Anual do 3º BEC para 2026 (PCA/26);

11.2. É facultado ao Exército Brasileiro integrar o Plano Anual de Contratações (PAC), nos termos abaixo transcritos:

11.2.1 Os ministério militares poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG. (art 1º, Dec 1.094 /1994).

11.3. Dentro da estrutura organizacional do Batalhão, o Setor de Aprovisionamento necessita fazer uso rotineiro de grande quantidade do material permanente em apoio às atividades relativas à confecção de alimentação para os integrantes de seus quadros na sede do Batalhão e para isso necessita do suprimento dos referidos materiais. Tais materiais precisam ser adquiridos e armazenados, a fim de serem utilizados conforme sua demanda.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O 3º Batalhão de Engenharia de Construção terá benefícios diretos e indiretos pela realização de um único certame licitatório, cabendo citar:

12.1.1. Aquisição de material com preço dentro do praticado no mercado e no menor preço oferecido entre as empresas que se candidatarem a prestar o fornecer o material de acordo com os itens solicitados, propiciando economicidade e zelo pelo gasto público;

12.1.2. Um fornecimento sem demoras nas entregas, devendo obedecer os limites máximos para o fornecimento do insumo, com qualidade aprovada pelos órgãos controladores de qualidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O Setor de Aprovisionamento do 3º BEC deverá elaborar um cronograma com todas as atividades necessárias, que permita, no mais curto prazo, possibilitar a aquisição do objeto deste estudo, visando propiciar o cumprimento das atividades inerentes às seções do batalhão;

13.2 O pessoal da SALC é capacitado para atuar na contratação e fiscalização da aquisição de material de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;

13.3 Deverá ser providenciado o Gerenciamento de Riscos, destacando os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram a tempo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. No fornecimento do material, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

14.1 Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias

14.2 Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e /ou de incineração;

14.3 É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

14.4 As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

14.5 É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H1301 e H-2402;

14.6 Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

14.7 A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

14.8 Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

14.9 É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

15. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LEI 12. 527/2

15.1 Tendo em vista o interesse público e a ampla divulgação do processo de licitação para a aquisição de gás liquefeito de petróleo que serão empregados no refeitório do batalhão, do qual este Estudo Técnico Preliminar faz parte, julgamos não haver necessidade de classificação deste documento, de acordo com o previsto na Lei de Acesso à Informação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos anteriores constantes destes estudos preliminares, declaro que a aquisição dos materiais permanentes são necessários ao bom andamento da rotina administrativa e operativa da Unidade, para atender às demandas e especificações do órgão fiscalizador é RAZOÁVEL E VIÁVEL.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ATAUAN DA SILVA TRISCH

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

GILVAN GONCALVES IBIAPINO

Integrante Administrativo

BRENO HENRIQUE MONTEIRO BATISTA

Integrante Técnico